

Brasil entra no Banco Asiático de Investimento, na China. O que isso significa?

Entrevista de Luiza Duarte com Sérgio Suchodolski
06/08/2020, CNN Brasil

Em um momento em que rivalidade entre as duas maiores potências econômicas se intensifica, o Senado Federal aprovou a participação do Brasil no Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAIL), com sede em Pequim. A China é a maior acionista do banco que é o motor da “Iniciativa do Cinturão e Rota”, o projeto-chave do governo do presidente chinês, Xi Jinping.

Tanto o banco, como a Nova Rota da Seda foram criados no mesmo ano por Xi, como ferramentas para expansão e integração econômica do país, em especial na Ásia Central. O banco entrou em operação em 2016 e tem 103 membros aprovados, entre eles países da União Europeia, Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido e uma longa lista de nações asiáticas.

A América Latina conta com a adesão recente do Uruguai e do Equador. A instituição financeira multilateral é vista por muitos analistas como uma alternativa chinesa ao Banco Mundial, onde americanos têm a maior influência.

“A China não tem a maioria do capital votante. Ela tem um número grande de ações, mas não a maioria, portanto é preciso haver um acordo nas decisões que são tomadas. A governança do banco é compartilhada”, diz Sérgio Suchodolski, presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e ex-diretor-geral do Novo Banco de Desenvolvimento, o banco do BRICS.

Ele, inclusive, esteve envolvido nas negociações da adesão brasileira.

“Ele é um modelo de banco de desenvolvimento muito mais leve, com poucos funcionários e respeitando a soberania dos países e seus ordenamentos jurídicos”, garante

Desde que iniciou operações, o banco já financiou quase U\$ 20 bilhões em projetos, a maior parte deles no setor de energia e transportes. O Brasil entra com 50 ações, equivalentes a U\$5 milhões, sendo U\$ 1 milhão de integralização efetiva e mais 4 milhões em chamada de capital.

“Com o passar dos anos, vários países decidiram se tornar membros e foi preciso fazer uma diluição das cotas iniciais alocadas para países fundadores”, explica.

O acordo de entrada do Brasil no BAIL foi assinado em junho de 2015, porém o aporte brasileiro foi enxugado de forma consequente - caindo de cerca de 3%, para o valor mínimo de participação, equivalente a 0,3% das ações do banco. O montante inicial previsto era de US\$ 3,18 bilhões.

“Houve um acordo negociado no governo Temer pelo ministro da Economia, Henrique Meirelles, e pelo ministro de Relações Exteriores, José Serra, para reduzir essa participação do Brasil”, conta Suchodolski, que também é presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE).

Logo, de acordo com ele, a redução do valor do aporte brasileiro teria sido concluída antes do início oficial da guerra político-comercial entre China e EUA e antes da crise provocada pela pandemia da Covid-19.

“O Brasil foi um dos países do grupo fundador, mas ficou até o dia de hoje sem ter cumprido a etapa de ratificação. Havia uma oportunidade alternativa de financiamento de projetos de desenvolvimento no Brasil que o país não estava aproveitando” , afirma.

Segundo Suchodolski, a demora no processo de adesão do Brasil se deve “a uma profunda crise política” e ao “número muito alto de ações” que o país havia se comprometido a honrar e que foi revisto.

Essa entrevista foi publicada originalmente em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/08/06/brasil-ratifica-entrada-no-banco-asiatico-de-investimento-n>.